

## As quatro medidas em pauta



MP 1788 – modifica a legislação do Imposto de Renda, no que se refere à tributação de fundos de Investimento Imobiliário, de microempresas e de rendimentos obtidos no exterior.



MP 1790 – prevê nova metodologia de cálculo para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e altera a data de sua divulgação.



MP 1791 – cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



MP 1793 – institui a taxa processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

## ACM prevê que Congresso vai aprovar MPs amanhã

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem a expectativa de que haverá bom comparecimento de parlamentares na sessão marcada para amanhã à tarde, quando serão apreciadas quatro medidas provisórias. As MPs tratam de alterações no Imposto de Renda, da Taxa de Juros de Longo Prazo, da criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e de uma taxa a ser cobrada pelo Cade.



ACM acredita que amanhã haverá *quorum* para votação tanto na Câmara quanto no Senado

PÁGINA 3

## Senador recebe o secretário de Comunicação

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem em audiência o secretário de Estado de Comunicação de Governo, Angelo Andrea Matarazzo, que assumiu o cargo antes ocupado pelo embaixador Sérgio Amaral. Matarazzo disse que o motivo da visita foi ouvir a opinião do presidente do Congresso a respeito da estratégia utilizada pelo



Matarazzo (E) conversou com ACM sobre a estratégia de comunicação do governo

setor de comunicação para mostrar à sociedade o trabalho realizado pelo Executivo e o progresso alcançado pelo país em função das ações do

governo. Em outra audiência, foi recebido pelo senador Antonio Carlos Magalhães o embaixador da Coreia, Lee Won Young.

## Senado faz homenagem a João Calmon

Ex-senador capixaba morre aos 82 anos, dos quais 32 dedicados ao Parlamento

O Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-senador capixaba João Calmon, 82 anos, advogado e jornalista, “que dedicou grande parte de sua vida à Casa e particularmente à área de educação”, como ressaltou o presidente Antonio Carlos Magalhães. O requerimento,

de autoria do senador Ricardo Santos, determina o envio de condolências à família do parlamentar, conhecido pela emenda constitucional que tornou obrigatória a aplicação de um percentual mínimo da receita dos estados e dos municípios na educação.

PÁGINA 4

## Plenário discute o fim dos manicômios

O plenário discute hoje o projeto que altera o tratamento de doenças mentais no país, inclusive prevendo a extinção dos manicômios. Hoje, serão apreciadas as emendas ao texto. Amanhã, será votado o substitutivo do senador Sebastião Rocha.

PÁGINA 2

## Orçamento será votado até dia 20

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apreciará a proposta orçamentária para 1999 ainda dentro do período de convocação extraordinária, entre 15 e 20 de janeiro. A previsão foi feita ontem pelo senador Ramez Tebet, relator do projeto. Ele esclareceu que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, receberá a proposta votada pela comissão a tempo de submetê-la à apreciação do Congresso no período extraordinário.

Com esse objetivo, o relator

tem-se reunido quase diariamente com o colegiado encarregado pela comissão de analisar as emendas apresentadas pelos parlamentares. A dificuldade, segundo Tebet, é que este será o Orçamento com mais restrições dos últimos dez anos.

Hoje, a partir das 10h, será realizada a primeira reunião com os relatores setoriais adjuntos. Além disso, o colegiado avançará nas discussões necessárias para consolidar, na peça orçamentária, as emendas de bancadas definidas.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 12 de janeiro de 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

▶ 15h30 - Preside Sessão deliberativa do Senado

## PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Parecer sobre as emendas oferecidas em turno suplementar ao substitutivo ao PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; \*PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul.

## COMISSÕES

▶ 10h - Comissão Mista do Orçamento

Reunião: Representantes de Liderança. *Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T8*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 256/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador; e \*Mensagem nº 14/99, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Affonso Emílio de Alencastro Massot para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 07*

## PREVISÃO PARA A SEMANA

## PLENÁRIO

Quarta-feira (13.01.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação, em turno suplementar, do substitutivo ao \*PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; e \*PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 1996.

▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: \*MP nº 1.788, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras; \*MP nº 1.790, que altera a Lei nº 9.365/96; \*MP nº 1.791, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e \*MP nº 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira (14.01.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da \*PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

▶ Sexta-feira (15.01.99)

▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno \*PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

## COMISSÕES

Quarta-feira (13.01.99)

▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a programação monetária para o 1º trimestre de 1999; \*Mensagem nº 29/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de dezoito bilhões de ienes, entre o Brasil e o The Export-Import Bank of Japan, destinado ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia"; \*Ofício "S" nº 89/98, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central a respeito da solicitação do governo do estado de Goiás, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e \*Ofício "S" nº 04/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central acerca da operação de crédito baseada no Contrato de Assunção de Dívida e outros pactos, firmados entre o Banerj e o estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$3.879.682.828,00, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

# Plenário discute projeto que extingue manicômios

Senadores apreciam parecer sobre as emendas hoje e votam o substitutivo de Sebastião Rocha na sessão de amanhã

O plenário discute na sessão de hoje substitutivo que o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou ao projeto de lei alterando o sistema de tratamento de doenças mentais no Brasil, inclusive prevendo a extinção progressiva dos manicômios. O substitutivo já foi aprovado pelo plenário, mas haverá uma votação suplementar, quando os senadores decidirão sobre algumas emendas apresentadas.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentará hoje parecer sobre as emendas e a votação final está marcada para amanhã. A proposta será remetida a seguir à Câmara, para nova análise e votação, por causa das mudanças feitas pelo Senado. O projeto original foi apresentado na Câmara pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG).

A proposta extingue gradativamente manicômios e asilos de doentes mentais, mas mantém a existência de hospitais psiquiátricos, desde que eles proporcionem assistência integral aos pacientes, incluindo serviços médico, de assistência social, psicológico, ocupacional e de lazer.

Mesmo assim, a internação só será permitida em casos mais graves, porque o projeto dá prioridade ao tratamento ambulatorial, prevendo a criação de



O plenário do Senado apreciará hoje parecer do senador Ronaldo Cunha Lima sobre as emendas mas só deverá votar o projeto na sessão de amanhã

hospitais-dia e hospitais-noite.

O substitutivo de Sebastião Rocha, conforme ele próprio explicou, é uma síntese do projeto original da Câmara dos Deputados com um substitutivo que o senador Lucídio Portella (PPB-PI) apresentou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e emendas propostas posteriormente na própria CAS.

## INOVAÇÕES

Sebastião Rocha acha que uma das grandes inovações da proposta "é o reconhecimento da responsabilidade do Estado na promoção da saúde e as-

sistência aos portadores de transtornos mentais". Isso exigirá a construção de uma rede de hospitais psiquiátricos públicos. O senador destaca ainda que o projeto veda totalmente a intenção em instituições com características de asilo.

Também na sessão de hoje, o plenário do Senado discutirá e votará projeto de decreto que aprova o Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os países do Mercosul, firmado em 96, em Fortaleza.

## CAE analisa programação monetária do 1º trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h30, para examinar, entre outras matérias, a programação monetária para o primeiro trimestre de 99 (que define o limite de emissão de moeda no período). O relator é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A rolagem da dívida do Rio de Janeiro será apreciada, através do parecer do Banco Central sobre a operação de crédito no valor de R\$ 12,9 bilhões, baseada em contrato firmado entre o estado e a União, com interveniência do Banco do Brasil e do Banerj. O contrato é oriundo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O relator é o senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A CAE também analisará três solicitações da Presidência da República, para contratação de empréstimos externos. Uma dessas operações permitirá que o BNDES contrate junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um financiamento de US\$ 1,1 bilhão.

## RELAÇÕES EXTERIORES

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para examinar mensagens presidenciais indicando nomes para embaixadas do Brasil no Equador e na Holanda: a ministra de primeira classe Vera Pedrosa Martins de Almeida e o ministro de primeira classe Affonso Emílio de Alencastro Massot, respectivamente.

## Ronaldo pede a FHC medidas contra a seca

Recebido ontem em audiência pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fez um relato da dramática situação provocada pela seca que afeta a Paraíba.

O senador entregou ao presidente um relatório preparado pelo Ministério Público alertando que o açude de Boqueirão está quase vazio, ameaçando o abastecimento de água da cidade de Campina Grande e municípios da região.

O presidente prometeu ao senador que vai analisar a situação para adotar medidas urgentes.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Antonio Carlos previu que o Congresso ajudará a sustentar a credibilidade do país

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h — Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica  
 7h30 — Especial Unip - Assunto: Psicoterapia - 1ª parte  
 7h55 — Senado em Pauta  
 8h — Saúde Todo Dia - Atividade: Tênis  
 8h30 — Especial Unip - Assunto: Cirurgia da obesidade - 1ª parte  
 8h55 — Senado em Pauta  
 9h — Cores do Brasil - Em destaque: Espírito Santo  
 9h30 — Entrevista - Senador Djalma Bessa fala sobre a reforma da Previdência  
 9h55 — Senado em Pauta  
 10h — Cores do Brasil - Em destaque: Ouro Preto  
 10h30 — Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica  
 10h55 — Senado em Pauta  
 11h — Especial Unip - Assunto: Psicoterapia - 1ª parte  
 11h30 — Especial - China / Ópera de Pequim  
 12h — Cores do Brasil - Olinda  
 12h30 — Entrevista - Senador Djalma Bessa fala sobre a reforma da Previdência  
 12h55 — Senado em Pauta  
 13h — Cores do Brasil - Em destaque: Amazonas  
 13h30 — Palestra - Estresse, reflexos e abordagens, com José Carlos e Silva  
 14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
 18h30 — Cores do Brasil - Em destaque: Brasília  
 19h — Palestra - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra (Adesg) - 1º programa

20h30 — Entrevista - Senador Djalma Bessa fala sobre a reforma da Previdência  
 21h — Jornal do Senado  
 21h15 — Palestra - Estresse, reflexos e abordagens, com José Carlos e Silva  
 23h — Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
 Em seguida — Música e informação  
 14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
 Em seguida — Música e informação  
 19h — "A Voz do Brasil"  
 Em seguida — Música e informação  
 20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"  
 Em seguida — Música e informação  
 21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"  
 Em seguida — Música e informação  
 21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"  
 Em seguida — Música e informação  
 0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida — Música e informação

# ACM confia na aprovação de quatro MPs amanhã

O presidente do Senado lembra que algumas das medidas provisórias não podem ser reeditadas e prevê bom comparecimento de parlamentares

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, está confiante no comparecimento dos parlamentares ao plenário amanhã, para a aprovação de quatro medidas provisórias que constam da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

— Eu acho que vamos ter número, tanto na Câmara quanto no Senado, e votaremos essas medidas, que são importantíssimas, e algumas nem podem mais ser reeditadas — disse, em entrevista concedida ontem.

Antonio Carlos acredita que o governo pode contar com o Congres-

so no esforço de sustentar a credibilidade do país:

— O governo tem feito a sua parte e o Legislativo também, de modo que eu acredito que, em pouco tempo, esses acidentes de percurso, como o caso do governador de Minas Gerais, estejam inteiramente superados — observou.

O senador não duvida de que o presidente da República pode contar com o Congresso para a aprovação das medidas necessárias:

— O Congresso não pode faltar ao país, não é nem ao presidente. O Brasil precisa que o Congresso trabalhe com rapidez no ajuste fiscal — ressaltou.

Antonio Carlos também esclareceu as possibilidades regimentais que cercam a vinda do governador de Minas ao Senado:

— Não houve convocação de comissão, nem ele me pediu para vir. Acho que ele mesmo não gostaria de vir. Agora, se for convocado, ele virá; não sendo convocado, ele pede — resumiu.

O presidente do Senado não quis se manifestar sobre as chances de um entendimento de Itamar Franco com o presidente da República:

— Quem sabe é o presidente. Acho que, se o governador pedir audiência, terá — concluiu.

## Congresso aprecia medida que altera normas do Imposto de Renda

O Congresso Nacional reúne-se amanhã, às 14h30, para votar quatro medidas provisórias editadas nos dias 29 e 30 de dezembro passado. Uma delas altera a legislação do Imposto de Renda, no que diz respeito à tributação dos fundos de investimento imobiliário e dos rendimentos obtidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável e ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Essa mesma MP altera a legislação referente à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, à possibilidade de dedução dos juros correspondentes a empréstimos

e financiamentos obtidos fora do Brasil, assim como a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativa ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial. Também modifica o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), referente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quanto às despesas financeiras.

Um dos artigos da medida provisória eleva o limite de faturamento anual de impedimento à opção pelo Simples, no caso de empresa de pequeno porte, de R\$ 720 mil para R\$ 1,2 milhão. Também aumenta dos atuais

15% para 25% a alíquota do Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e da prestação de serviços atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, uniformizando o tratamento ao aplicável aos residentes no Brasil.

Os rendimentos remetidos para beneficiários residentes ou domiciliados em países considerados "paraísos fiscais" também passarão a ser taxados com a cobrança de 25% de Imposto de Renda. A medida provisória inclui a obrigatoriedade de distribuição de, no mínimo, 95% dos lucros apurados em cada semestre pelos fundos de investimento imobiliário.

## Taxa processual é prevista para o Cade

Também deve ser votada amanhã medida provisória que institui taxa processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Cabe ao Cade examinar atos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços.

De acordo com a MP, o valor da taxa processual é de R\$ 15 mil, no caso de atos e contratos, e de R\$ 5 mil, na hipótese de consulta ao Cade. Ficam isentos de cobrança a União, estados e municípios, o DF, o Ministério Público e os que provêm insuficiência de recursos. A medida institui também a taxa de serviços, a ser cobrada por reprografia de peças processuais, legislação ou jurisprudência e pela distribuição da *Revista de Direito Econômico*.

## Agência deverá exercer vigilância sanitária

Outra das medidas provisórias constantes da pauta prevê a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A ANVS terá a finalidade de promover a saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e comercialização de produtos submetidos à vigilância sanitária, além de fiscalizar portos, aeroportos e fronteiras.

O novo órgão poderá, entre outras atribuições, interditar os locais de fabricação, venda ou distribuição de produtos ligados à saúde, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde. A ideia do governo é criar uma instituição nos moldes de órgãos existentes em outros países, em particular nos Estados Unidos.

## Divulgação de TJLP pode ter data alterada

A alteração das datas de divulgação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) consta da quarta medida provisória a ser apreciada pelo Congresso. A MP estabelece que, a partir de 1999, essa divulgação se inicie em 1º de janeiro. A MP retira ainda da lei o limite mínimo de vigência da TJLP, hoje de três meses, para delegar ao Conselho Monetário Nacional a atribuição de regular livremente a periodicidade de mudança da taxa.

Segundo a exposição de motivos que acompanha a MP, assinada pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, essas providências visam adequar a metodologia de cálculo da TJLP "de forma a atenuar os efeitos negativos de uma conjuntura internacional claramente atípica que redundou em expressiva elevação dessa taxa a partir de 1º de dezembro último".

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Senado manifesta pesar pela morte de Calmon

Plenário aprova envio de condolências à família e ao estado do Espírito Santo. Ricardo Santos, autor do requerimento, presta homenagem ao ex-senador, falecido na madrugada de ontem

Por iniciativa do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), o Senado aprovou ontem requerimento de pesar pelo falecimento do ex-senador João Calmon, ocorrido na madrugada, e o envio de condolências à família e ao estado do Espírito Santo.

Para Ricardo Santos, a vida parlamentar de João Calmon foi marcada pela luta pioneira para inscrever, na Constituição federal, a obrigatoriedade de gastos mínimos com educação,

por parte da União, estados e municípios. "Como pioneiro, permitiu que novos instrumentos fossem criados, com base em sua proposta original, como o Fundo de Melhoramento e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fumdef)", ressaltou.

O senador pelo Espírito Santo homenageou João Calmon lembrando sua origem humilde e seu papel fundamental na construção de um dos maiores complexos jornalísticos do



João Calmon chegou ao Senado em 1971 e ocupou uma cadeira na Casa até 1995

Brasil, os antigos Diários Associados.

– Mas foi sua luta pela educação que notabilizou esse eminente homem público, uma das causas mais nobres para a construção da cidadania do povo e, portanto, para o aperfeiçoamento da democracia. Seria inconcebível pensar o futuro da nação sem que criássemos condições de estímulo ao processo educacional – finalizou Ricardo Santos.

## ACM lembra defesa constante do Espírito Santo

Ao lamentar a morte do ex-senador João Calmon, ocorrida na madrugada de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que ele dedicou grande parte de sua vida à Casa e particularmente à área de educação.

– Falo de João Calmon com muita saudade, levando em conta que o nosso relacionamento é antigo – disse Antonio Carlos, lembrando que foi repórter dos Diários Associados à época em que Calmon era diretor-geral. O presidente do Senado frisou que ele e Calmon tiveram um relacionamento extremamente afetivo e duradouro.

– Ele, dona Terezinha e seus filhos sempre souberam do meu afeto pela família e do meu respeito à sua atuação.

O estado do Espírito Santo, disse Antonio Carlos, teve em Calmon um grande defensor. "No Senado, ele defendia as causas do Espírito Santo como um filho querido que era da terra capixaba."

Antonio Carlos lembrou que Calmon assessorava a presidência do Senado, desde o tempo em que José Sarney presidiu a Casa, acrescentando que "só temos a lamentar o seu falecimento e dizer o quanto perdemos o Brasil e os seus amigos com o seu desaparecimento".

## Luta pela educação marcou atuação parlamentar

Uma parada cardíaca, consequência de embolia pulmonar, vitimou na madrugada de ontem o ex-senador João Calmon, aos 82 anos, em São Paulo. Parlamentar por 32 anos, Calmon destacou-se por lutar pelo aumento dos recursos destinados à educação no país. Foi dele a emenda que estabeleceu a obrigatoriedade de aplicação de um percentual da receita da União, estados e municípios na manutenção e no desenvolvimento do ensino, princípio consagrado na Constituição e que ficou conhecido como "Emenda Calmon".

Natural de Colatina (ES), Calmon era advogado e na década de 50 começou a trabalhar como repórter de jornais dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Assumiu cargos mais importantes dentro da empresa e, com a morte de Chateaubriand, em 1968, foi elevado à presidência do consórcio, cargo que ocupou até 1980.

Calmon foi deputado federal de 1963

a 1971. Durante seu mandato, combateu a entrada do capital estrangeiro nas telecomunicações. Em 1970 foi eleito sena-

Em entrevista recente, João Calmon demonstrou apreensão com a "péssima aplicação" dos recursos destinados ao ensino

dor pela primeira vez, assumindo em 1971 a cadeira que só deixaria 24 anos mais tarde, em janeiro de 1995. Calmon não concorreu à reeleição em 1994 por decisão de seu partido, o PMDB.

Durante sua passagem pelo Senado, o representante capixaba presidiu a Comis-

são de Minas e Energia e a Comissão de Educação e Cultura por duas vezes. A dedicação de Calmon ao ensino deu motivo a que o plenário da Comissão de Educação ganhasse o seu nome depois de sua despedida do Senado.

Na Assembléia Nacional Constituinte, foi relator da comissão temática sobre "Família, Educação, Cultura e Esportes", quando propôs a elevação do percentual da receita da União vinculado a despesas com educação, que passou dos 13% fixados pela "Emenda Calmon", de 1984, para 25% na nova Constituição.

Em recente entrevista à TV Senado, Calmon manifestou sua apreensão com a "péssima" aplicação dos recursos destinados à educação por "tecnocratas insensíveis". A aprovação de sua emenda da vinculação constitucional, disse, é uma mostra de que há um clima favorável no país para que se mude a situação de ig-

norância do povo brasileiro.

Na entrevista, além da educação, Calmon identificou como um dos problemas mais graves do Brasil a sonegação de impostos, que, segundo ele, atinge proporções "oceânicas". Com essa preocupação, quando senador, participou também da CPI da Evasão Fiscal, que, na sua opinião, teria minorado o problema.

Entre os projetos apresentados por Calmon no Senado, destacam-se os que visaram aumentar os recursos destinados à educação, por meio de destinação de parcelas da arrecadação de determinados impostos para a área. Em uma de suas propostas, o senador tentou estabelecer padrões mínimos para a remuneração do magistério.

Calmon deixa sua esposa, Maria Terezinha Santiago Calmon, e seis filhos. Seu corpo será velado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

## Lauro Campos considera inevitável moratória federal

O senador Lauro Campos (PT-DF) considerou ontem "inevitável" a decretação da moratória dos pagamentos da dívida externa pelo governo federal. "O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria seguir o exemplo do governador Itamar Franco, de Minas Gerais, e decretar a moratória, porque o Brasil não pode continuar desse jeito. É o único recurso que nos resta."

Para Lauro, Itamar foi profético ao declarar moratória. "Por isso, quero exorcizar o caráter demoníaco que imprensa, governos federal e estaduais estão atribuindo a esse gesto. Não devemos dizer que da água da moratória não beberemos, porque é o que terminará acontecendo", garantiu.

Lauro Campos fez uma extensa crítica ao Plano Real, desde sua criação, observando que, com ele, o Brasil se inseriu no processo de globalização "de



Para Lauro Campos, Fernando Henrique deveria seguir o exemplo de Minas Gerais

maneira perversa", e que o governo "sucumbiu ao ópio da dívida externa". Também criticou a postura do governo em re-

lação ao sistema bancário. "O governo já socorreu os bancos com um Proer de R\$ 21 bilhões. Agora, quando se anuncia nova onda de quebraadeira, o Banco Central re-

solveu remunerar com 19% ao ano o dinheiro que, diante da recessão, os bancos não conseguem emprestar."

Em aparte, o senador Edison Lobão

## Gilvam prega união contra crise

"É das pequenas centelhas que se fazem os grandes incêndios", disse ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ao comentar a moratória que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, decretou sobre a dívida do estado para com o Tesouro nacional.

Gilvam Borges acha que a equipe econômica deve unir-se com o governo e a classe política para sanar a crise iniciada com essa moratória, a fim de tranquilizar os investidores estrangeiros. "Temos que nos harmonizar, para não passarmos a imagem de insegurança", aconselhou.

Na opinião do senador, o Brasil enfren-

ta um momento delicado e o governador devia entender isso, pois a moratória "traz problemas para o entendimento do país com os banqueiros".

– Deve haver uma ação imediata da área política do governo para fazer com que o diálogo aconteça. A área econômica se fechou em copas e isso pode significar a inviabilização do projeto político do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem conduzido bem as reformas do país.

Gilvam Borges entende que Itamar Franco ainda pode reconsiderar a moratória, desde que avalie bem o que está acontecendo.

(PFL-MA) discordou de Lauro Campos. "As medidas que o governo brasileiro vem tomando estão corretas e visam evitar uma crise maior", garantiu.



Gilvam Borges afirma que diálogo é o melhor caminho para o país